



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal do Rio Grande**  
***Conselho Municipal de Educação***

Ata nº 28 /2020

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte, reuniram-se por videoconferência, em virtude da Pandemia da COVID 19, os conselheiros Ana Cláudia Moraes Costa Bárbara Bauer, Daiane Alves Bitello, Gionara Tauchen, Lisiane Kisner Silveira Torres, Suzane Barros, Luciana Plá, Melissa Osório Souza, Rita de Cássia Madruga de Souza, Rita de Cássia Mattos da Silva, Vinícius Kercher da Silva, a secretária Lílian Xavier Machado e a assessora técnica Jaqueline Micelle, presididos pela conselheira Waléria Vargas. Ausentes, por motivo justificado, as conselheiras Ana Cristina Garima Jacques, Sandra de Ávila, Rejane Magano e Tânia T. Clarindo . A reunião começou a leitura e aprovação da Ata 027/20. A seguir, a presidente do CME deu as boas-vindas aos novos conselheiros representantes de pais e/ou familiares de alunos da rede pública municipal. Também solicitou que os conselheiros façam inscrições pelo chat toda vez que desejarem a palavra, a fim de facilitar o andamento da reunião e para que haja uma melhor organização dos trabalhos. Ainda, informou que concedeu entrevista à Rádio Oceano para tratar sobre a importância do CME e que, no momento da entrevista, o assunto abordado foi outro e que teria sido questionada sobre a volta às aulas e sobre a atitude do Governo Estadual em relação a essa questão. A conselheira Luciana explicou a todos os motivos pelos quais ela e sua suplente não têm comparecido às reuniões do Pleno e que não

tem conseguido realizar a leitura dos documentos enviados pelo CME em virtude da demanda de trabalho no Conselho Tutelar. Também enfatizou sua intenção em melhor se organizar com sua suplente a fim de uma ou outra possam sempre estar presentes nas próximas reuniões. A presidente reforçou a importância da participação do Conselho Tutelar no pleno do CME. Quanto às escolas de Educação Infantil Particulares que tiveram sua autorização de funcionamento vencida durante o período de pandemia, a assessora técnica Jaqueline afirmou entender que não há a possibilidade de renovação enquanto estiver em vigor o Decreto Municipal de suspensão das atividades escolares presenciais. A conselheira Gionara lembrou que as escolas que nunca solicitaram autorização de funcionamento não são reconhecidas como pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, mas aquelas que tiveram sua autorização vencida durante a pandemia e que desejam apresentar seu Plano de Contingência deveriam ter sua autorização prorrogada pelo CME. A conselheira Suzane concordou com a fala da conselheira Gionara e sugere que o CME emita algum tipo de documento que prorogue a autorização de tais escolas. A assessora técnica Jaqueline lembrou que existem escolas sem processo tramitando no CME, mas que talvez já estejam com o processo na SMEd e propôs que se solicite à Secretaria de Educação a listagem dessas escolas. O conselheiro Vinícius prontificou-se a realizar contato com o núcleo de Educação Infantil da SMEd e fazer tal solicitação. A assessora técnica também informou que, conforme orientação da Vigilância sanitária, todas as empresas com Alvarás vencidos devem atualizar via e-mail sua documentação e providenciar o pagamento de taxas. A conselheira Daiane prontificou-se em buscar demais orientações junto à Vigilância sanitária e trazê-las na próxima reunião.

Passando para outro ponto da pauta, foi tratado sobre a necessidade de reunião com a direção da Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire. Acordou-se que será solicitado à direção o envio do PPP e Regimento atualizados, os quais deverão ser encaminhados por e-mail para os conselheiros realizarem a leitura para discussão na próxima reunião. Dando continuidade, a presidente informou que integrarão a comissão mista para avaliação do Calendário escolar e, além dela como presidente do CME, os conselheiros Ana Cristina, Tânia, Rita de Cássia Souza e Vinícius. Após, a conselheira Liziane informou já ter enviado ao e-mail do CME o Parecer 002/2020 com as devidas flexões de gênero. A conselheira Bárbara manifestou sua preocupação com a possível volta da Educação Infantil às aulas presenciais uma vez que alguns municípios já iniciaram essa prática. A conselheira Suzane relatou que, em reunião com o Dr. Charqueiro – Promotor da Regional de Promotorias da AZONASUL – o mesmo teria mencionado que entende os motivos que levaram a alguns municípios a levantar a possibilidade de volta às aulas pela Educação Infantil em razão do aumento considerável de casos de abusos e maus-tratos às crianças que ficam em casa ou aos cuidados de outras pessoas. A conselheira frisou que não concorda com a fala do Promotor uma vez que essas crianças, ao retornarem da escola para suas casas continuarão sofrendo esse tipo de violência. A presidente acrescentou que não concorda em atribuir à escola o papel de garantir a segurança de crianças que sofrem com violência doméstica. A conselheira Bárbara concordou com a fala da presidente e disse temer que a escola não tenha o seu verdadeiro papel assegurado e reconhecido pela sociedade e demais órgãos, que é o de interação e diálogo. Esgotada a pauta da reunião e nada mais havendo a tratar, eu, Lílian Xavier

Machado, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim presidente.

Lílian Xavier Machado

Secretária do CME

Waléria Vargas Buseti

Presidente do CME